



O MOVA-BRASIL
como política pública para superação do analfabetismo

maio 2023

O MOVA-BRASIL
como política pública para superação do analfabetismo
maio, 2023

Elaboração:

Fernanda Paulo – MOVA-POA, Rede Mova-Brasil e AEPPA (Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre) e Fórum de EJA RS

Liana Borges – MOVA-POA e MOVA-RS, Rede Mova-Brasil e Rede Internacional Café com Paulo Freire

Márcia Melo – AJA-Expansão Goiânia, Rede Mova-Brasil, Rede Internacional Café com Paulo Freire e Fórum de EJA GO

Maria Teresinha Kaefer - MOVA-RS, Rede Mova-Brasil e Rede Internacional Café com Paulo Freire

Sonia Couto – Instituto Paulo Freire, MOVA-SP e Rede Mova-Brasil

Apoio da revisão: Marli Vieira Lins de Assis

Apoio na reescrita: Liliam Cristina Caldeira

Contribuições recebidas:

1. Acaahi Ceja de Paula da Costa
2. Adriana de Oliveira Abreu
3. Ana Cleude Santos Fernandes
4. Antonia Maria Nakayama
5. Beatriz Cássia da Silva
6. Camila de Oliveira Bandeira
7. Carmen Isabel Gatto
8. Crislaine Batista do Sacramento
9. Deijanete Pereira da Silveira Santos
10. Diovane Alves dos Santos
11. Eliane Duarte da Silva
12. Elizabeth de Almeida Silva
13. Elmar Soero de Almeida
14. Ema Rodrigues de Moura
15. Estela Fidelis Rodrigues

16. Graciela Reyna Quijano
17. Hanen Sarkis Kanaan
18. João Alberto de Lima Souza
19. José da silva
20. José Jackson Reis dos Santos
21. Kátia Santiago Barreto
22. Liliam Cristina Caldeira
23. Luiz Gonzaga Moura Penteado
24. Márcia Terra Ferreira
25. Maria Celia Dantas de Araújo
26. Marli Vieira Lins de Assis
27. Mônica Sacramento Souza
28. Orlando Nobre Bezerra de Souza
29. Regina Celi Delfino da Silva
30. Rita de Cássia Lima Alves
31. Sirlene Nunes Vieira
32. Sônia Maria Chaves Haracemiv
33. Thais Maria de Araújo Pessoa
34. Theresa Rachel Mendes Da Silva Rodrigues
35. Vera Lucia Lourido Barreto

Sumário

CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA DE TRABALHO	5
APRESENTAÇÃO	7
Introdução	9
3. Algumas histórias e dados do analfabetismo – que lições podemos tirar?	16
3.1 Algumas histórias das campanhas e programas de alfabetização – que lições podemos tirar?	16
3.2 Alguns dados sobre o analfabetismo – que lições podemos tirar?.....	22
Tabela 1 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever (2012-2021).....	23
Tabela 2 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever/por raça/cor (2012-2021)	23
Tabela 3 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever por local de residência, Brasil (2012-2021).....	24
Tabela 4 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever por idade, Brasil (2012-2021)	25
Tabela 5 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever por idade e localização idade, Brasil (2012-2021).....	25
4. O MOVA-SP de Paulo Freire, história e memória de um inédito viável	27
4.1 Origem do Movimento de Alfabetização de São Paulo MOVA-SP.....	27
4.2 O MOVA, herdeiro da Educação Popular	32
5. Conceito de Alfabetização como ação política e cultural	34
6. Diálogo intersetorial como condição ao MOVA-Brasil	40
Considerações Finais	43
REFERÊNCIAS:	46

CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA DE TRABALHO

A elaboração desta proposta nasceu de um compromisso ético, político e amoroso de educadoras e pesquisadoras comprometidas com o legado de Paulo Freire.

Em janeiro deste ano, Claudia Borges, Fernanda Paulo, Liana Borges e Márcia Melo, amigas e companheiras de longa data, elaboraram uma minuta com uma proposta para a construção de uma política pública federal para superação do analfabetismo de pessoas jovens, adultas e idosas, resgatando a experiência do MOVA-São Paulo (1989), posteriormente estendido a outros estados, em especial a experiência transformadora do MOVA-RS (1999).

A crescente mobilização em torno da alfabetização freiriana nos levou a criar a Rede MOVA-Brasil, em 2001, e desde então se mantém atuante e em diálogo permanente com as práticas emancipadoras de EPJA em todo o país. A relevância da Rede MOVA-Brasil foi, por exemplo, reconhecida pelo MEC/SECADI, pois tivemos assento na CNAEJA, Comissão Nacional de EJA, no MEC/SECADI, nos governos anteriores de Lula e de Dilma.

Enviamos esta minuta, informalmente, para Pedro Pontual, em janeiro. No dia 25 de março, no Encontro Nacional do Fórum 21, que debateu a “Educação Popular e a participação social no governo Lula”, Pedro fez referência ao MOVA-Brasil e isso nos levou a criar um grupo de WhatsApp com o intuito de reunir/reencontrar educadoras e educadores das diferentes regiões do Brasil para debater e contribuir com a minuta, pois estava nítida a necessidade de avançarmos na construção de um documento consistente e convincente.

A adesão de quase três centenas de pessoas foi imediata, e este grupo virtual tornou-se uma potência, pois agregou militantes da Educação Popular e da EPJA.

Neste meio tempo, ainda em março, ampliamos o grupo de elaboração com mais duas companheiras de EPJA/MOVA: Sonia Couto, do Instituto Paulo Freire e

do MOVA-SP e Maria Teresinha Kaefer, do MOVA-RS e da Rede Internacional Café com Paulo Freire.

Em 15 de abril de 2023, realizamos o I Encontro Virtual do MOVA-Brasil, com a pauta “O MOVA-Brasil como política pública”, que contou com a participação de Maria Luiza Pereira (Fórum EJA/DF e representante do FEEJA Brasil no FNPE), com Oscar Jara (Presidente Honorário do CEAAL) e com Pedro Pontual (Diretor de Educação Popular na Secretaria Geral da Presidência da República e Presidente Honorário do CEAAL). Neste encontro, entre outros encaminhamentos, firmamos o compromisso de fecharmos uma pré-proposta até o dia 13/05, quando faríamos o II Encontro para compartilhar e apreciar o documento, coletivamente.

Com a pré-proposta elaborada, foi criado, por adesão, um Grupo de Trabalho, e este se prontificou a ler o documento antes de 13/05, mediar os diálogos e organizar a relatoria com as contribuições das pessoas participantes

Então, dentro do prazo estabelecido, realizamos no dia 13 de maio o II Encontro Virtual do MOVA-Brasil com a presença de mais de cinquenta pessoas. Organizados em três salas virtuais, foi feita a leitura e a reflexão da pré-proposta. A seguir, os relatores apresentaram as sínteses das discussões e encaminharam por escrito para que passassem a compor o documento. Além disso, contribuições individuais foram acolhidas.

Desta forma, desde um diálogo participativo, este documento apresenta ao governo Lula – Secretaria Geral da Presidência da República/Departamento de Educação Popular (SGPR/DEP) e Ministério da Educação (MEC), uma proposta concreta para o MOVA-Brasil como política pública para superação do analfabetismo. Fica o registro, que faremos a entrega à coordenação do Fórum de EJA do Brasil.

Por fim, desejamos que este movimento culmine com a consolidação do MOVA-Brasil, a partir do diálogo ampliado com outros segmentos do governo federal, com coletivos de Educação Popular, com militantes da Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA), e com a sociedade brasileira.

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta uma proposta para o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - **MOVA-Brasil**, como política pública federal para a superação do analfabetismo, que atinge mais de 9 milhões¹ de brasileiras e brasileiros, a ser coordenada tanto pela Secretaria Geral da Presidência da República, através do Departamento de Educação Popular, como pelo Ministério da Educação.

No entanto, como se trata de um *Movimento*, de um **mutirão nacional** que se propõe a construir uma **cultura de alfabetização** no país, se faz necessária a efetivação de relações entre (intra e inter) os ministérios e demais órgãos de governo, especialmente aqueles que coordenam as políticas sociais – Bolsa Família; Mais Médicos; Minha Casa, minha vida; entre outros. Nesta perspectiva, o Mova-Brasil precisa dialogar com a sociedade brasileira, desde a formulação da concepção do Movimento, até sua execução e acompanhamento.

Esta intersetorialidade terá como tarefa central apoiar a busca ativa em rede das mais de 9 milhões de pessoas não alfabetizadas, através, mas não somente, do *Cadúnico* e de outras fontes de dados federal, estaduais, distrital e municipais.

A relação com o Conselho Nacional de Participação Social também será fundamental, bem como com outras instâncias de participação popular, tais como os conselhos das cidades, de modo que promova a perspectiva de uma sociedade alfabetizada, como premissa ao acesso aos direitos sociais e a efetiva participação cidadã.

A seguir, apresentamos a proposta com as seguintes ideias-força:

- A)** Superação do analfabetismo como política pública desde a construção de uma cultura de alfabetização, a partir do MOVA-Brasil.
- B)** O MOVA-Brasil é EPJA.
- C)** O MOVA-SP como referência, recriado desde os desafios atuais.
- D)** O MOVA-Brasil com coordenação do MEC e da SGPR
- E)** Diálogo, desenvolvimento e acompanhamento inter/extra ministerial

¹Estes dados serão atualizados com o Censo 2023.

- F) Diálogo, desenvolvimento e acompanhamento com as demais esferas de governo
- G) Diálogo, desenvolvimento e acompanhamento com a sociedade civil organizada

Após a apresentação ao governo federal, daremos prosseguimento ao detalhamento do MOVA-Brasil, projetando seu **lançamento para o dia 19 de setembro, data que Paulo Freire faria 102 anos**. Para tanto, propomos a criação oficial de um Grupo de Trabalho – **GT MOVA-Brasil**, com representação e cronograma a definir conjuntamente.

O MOVA-Brasil é uma homenagem ao patrono da educação brasileira e a todos e todas educadores e educadoras populares, vivos ou não, que lutam há décadas pela superação do analfabetismo no Brasil.

Desejamos, imensamente, escutar do Presidente Lula: **O Brasil voltou e vai alfabetizar os excluídos e excluídas, porque ler e escrever são direitos humanos.**

Introdução

MOVA-BRASIL: para superar o analfabetismo desde Paulo Freire

Superar o **analfabetismo**, especialmente das pessoas adultas e idosas das classes populares, requer a construção de uma **cultura de alfabetização** que sensibilize e envolva o conjunto da sociedade brasileira, desde as redes públicas de educação básica, mas, e sobretudo, as universidades e movimentos sociais e populares (estudantil, sindical, das minorias, etc.), porque sabemos que a oferta em escolas públicas de educação básica não é suficiente para atender a demanda potencial – mais de 9 milhões de brasileiras e de brasileiros.

Desta forma, no que tange às ações governamentais em nível federal, a superação do analfabetismo entre pessoas jovens, adultas e idosas impõe políticas públicas coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC), e pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR).

Desde o MEC, não de forma “isolada e solitária”, é preciso restabelecer **relações com as redes de educação** estaduais, distrital e municipais; e por parte da SGPR, através da Diretoria da Educação Popular (DEP), haja vista a **imprescindível interface com as demais políticas sociais do governo federal como um todo, e com os mecanismos de participação popular**, tais como o Conselho Nacional de Participação Social.

Propomos, então, a criação do **MOVA-Brasil**, inspirado no Movimento de São Paulo (**MOVA-SP**), fruto da gestão em que Paulo Freire foi secretário municipal da Educação (1989/1991²), cidade governada pela ex-prefeita Luiza Erundina (1989/1992), porém revisitado, pois o contexto brasileiro apresenta novos e complexos desafios.

²Paulo Freire se afastou do cargo e foi substituído por Mário Sérgio Cortella, que permaneceu até o final da gestão de Erundina.

O **MOVA-Brasil** se configura em uma política pública de educação popular, tal qual defende o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas elaborado pelo Governo Federal em 2014.

Para uma reconstituição das bases históricas da Educação Popular no Brasil é preciso considerar, primeiramente, dois desafios: um conceitual e outro político. Em relação ao conceito, ao longo da história brasileira, a Educação Popular se constituiu num termo polissêmico. Em determinados momentos ela é referida como o direito de todos à escola, ou seja, a educação do povo e que deve ser assumida pelo Um terceiro sentido atribuído à Educação Popular é o de educação para o povo, voltada à preparação de recursos humanos para servir ao mercado, como impulso ao desenvolvimento econômico, industrial, que considera o padrão sociopolítico como dado inalterável da realidade. Uma perspectiva de educação que se preocupa mais com a transmissão de conteúdos e técnicas do que com a formação humana (p. 27).

O MOVA-Brasil tem como base a **formação política/cidadã**, fazendo valer, desta forma, a premissa freiriana **“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”**.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" (FREIRE, 1989, p. 5).

Caberá a SGPR/DEP e ao MEC a articulação com todos os órgãos do governo que ofertam políticas sociais, em particular aquelas que atendem aos segmentos mais excluídos e que, portanto, são atingidos de maneira mais contundente pela desigualdade no país – pessoas com deficiência, idosas(os), mulheres, os povos negros, LGBTQIAPN+, povos do campo, das águas e das florestas, indígenas (alfabetização bilíngue), Pessoas em Situação de Restrição/Privação de Liberdade (Sistema Socioeducativo e Sistema Prisional),

entre outros, para uma efetiva busca ativa em rede das pessoas acima dos 15 anos não alfabetizadas.

Tais articulações respeitam e reforçam a concepção de Freire sobre a *unidade na diversidade*, em especial no Brasil, um país com dimensão continental, para que a presença de distintos repertórios culturais e formas de vida sejam devidamente reconhecidos e valorizados, pois representam os contornos de identidades de segmentos sociais que não podem mais ser invisibilizados, pois isso contribui para uma violenta dinâmica de aculturação e conseqüentemente, a extinção total.

A importância da alfabetização se faz presente nas Comunidades quilombolas em zonas rurais e urbanas como direito à alfabetização marcando a diferenciação da educação regular. Tal ação contribui para a redução do analfabetismo no Brasil e para a inclusão dos seus participantes no mundo do trabalho, numa perspectiva sociocultural e socioambiental, com base na tecnologia social freireana, nas comunidades quilombolas.

Destacamos, ainda, que os povos originários, que são as fiéis irmãs e irmãos que carregam nossa ancestralidade, nos chamam a atenção sobre o cuidado com a Mãe Terra, portanto, o MOVA-Brasil deve contemplar a defesa incondicional da nossa biodiversidade.

Isso posto, a compreensão deste conceito – **Alfabetização como ação política e cultural** – é extremamente importante, porque a partir dele decorrem os princípios políticos, pedagógicos e éticos do MOVA-Brasil e, por conseguinte, a proposta e a metodologia que embasará as práticas de alfabetização. Para Freire,

[...] o processo de alfabetização, como ação cultural para a libertação, é um ato de conhecimento em que os educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes em diálogo com o educador, sujeito cognoscente também. Por isso, é uma tentativa corajosa de desmitologização da realidade, um esforço através do qual, num permanente tomar distância da realidade em que se encontram mais ou menos imersos, os alfabetizandos dela emergem para nela inserirem-se criticamente. (FREIRE, 1981, p 39).

Por fim, ressaltamos que o **MOVA-Brasil é EPJA**, que entre o Movimento e as ofertas oficiais não há nenhuma dicotomia, mas complementaridade. Inclusive, desde as experiências de diferentes MOVAs, sabemos que a demanda de EPJA “aparece”, pois, infelizmente, as pessoas não alfabetizadas ainda são (e estão) invisibilizadas e esquecidas da maior parte das políticas educacionais.

Nesse sentido, compreendemos o MOVA-Brasil como política pública de Estado, articulado aos princípios e fundamentos da educação popular, bem como à escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas em distintos contextos sociais e culturais, assegurando, portanto, processos de formação e de educação ao longo da existência humana em suas múltiplas dimensões (cognitiva, ética, política, social, estética, cultural, artística etc.).

Os princípios políticos, pedagógicos e éticos do MOVA-BRASIL são:

- 1) **MOVA-Brasil como política pública de estado**, voltado à superação do analfabetismo de mais de 9 milhões de pessoas acima de 15 anos, cuja concepção se associa ao **pensamento de Paulo Freire, Patrono da Educação brasileira**.
- 2) MOVA-Brasil tem o compromisso com a **construção de uma cultura de alfabetização**, por isso, o Movimento se dará em **regime de colaboração com as redes** municipais e estaduais de educação, **com as universidades e movimentos sociais e populares**, entre outros segmentos e grupos organizados.
- 3) MOVA-Brasil, abarca a **construção de relações setoriais, intersetoriais e ministeriais**, coordenadas e articuladas pela SGPR, no DEP, bem como pelo MEC quando se tratar da oferta em redes públicas.
- 4) MOVA-Brasil se coloca **em defesa da escola pública**, portanto, da garantia do **Direito à Educação**. No que tange à EPJA, como indutor da demanda de pessoas jovens e adultas não-alfabetizadas e da continuidade dos estudos nas redes públicas do país.
- 5) MOVA-Brasil em **diálogo com os movimentos sociais populares, e com os dados cadastrais** das unidades de saúde e da assistência social

(*CadÚnico*, por exemplo), a partir de critérios a serem definidos conjuntamente.

- 6) MOVA-Brasil com oferta nas escolas, universidades e outras instituições públicas, bem como em **espaços não escolares**, a partir de critérios a serem definidos conjuntamente.

Os referidos princípios, como diz a palavra, são condicionantes para a sustentação do MOVA-Brasil, portanto, a construção de uma cultura de alfabetização precisa ser, primeiramente, assumida e incorporada pelo governo federal, desde o presidente Lula – ***O Brasil voltou e vai superar o analfabetismo de seu povo***, bem como os/às demais membros/as de todas as instâncias governamentais.

2. Contexto Nacional

Vivemos tempos obscuros nos últimos anos (2016 - 2020), um contexto autoritário, de violência e do massacre da classe trabalhadora, das mulheres, da comunidade LGBTQIAP+, da população privada de liberdade, do povo pobre, negro e oprimido.

A conjuntura do avanço do capital financeiro internacional garantiu a acumulação em sua faceta mais cruel e destruidora das forças produtivas, tanto as forças da natureza quanto a força de trabalho, intensificado a partir do Golpe de Estado de 2016 (ou 2014, quando o perdedor não aceitou o resultado das urnas – típico de 2022), em 2018 ou, ainda, em 2015: quando crianças e jovens ocuparam as escolas públicas no Estado de São Paulo para que não fossem fechadas, em luta acesa pela manutenção da Educação Pública, contra os arroubos neoliberais que nos afligiam e afligem.³

A existência clara de um programa necrófilo de governo deu-se pelo privilégio do capital em detrimento do humano. A saúde e a educação pública foram a prova da falta de políticas federais e investimentos aos menos favorecidos, especialmente na pandemia da COVID-19. Políticas estas que contemplassem o enfrentamento de forma eficaz a pandemia, quer com medidas de distanciamento, lockdown, programa nacional de vacinas em tempo hábil, programa de renda emergencial, entre outros. Em vez disso, o próprio governo, através do “gabinete do ódio”⁴, propagou fake news em relação a eficácia de vacinas, a tentativa de desmobilização do SUS e tantas outras barbáries às quais fomos acometidos no período do governo do inominável.

As escolas sem preparo nenhum foram obrigadas a fazer um ensino remoto, sem as menores condições de trabalho e nem amparo pedagógico, sem contar com a falta de estrutura de internet, computadores nas próprias escolas e sem mencionar

³ MOVA BRASIL – 2023 PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Análise estrutural da conjuntura educacional Vinício Carrilho Martinez (Dr.) - Cientista Social. Maria Cristina dos Santos (Dra.) Departamento de Educação/CECH/UFSCar. Josana Carla Gomes da Silva doutoranda em Educação Especial. UFSCar

⁴ Gabinete do ódio, nome dado ao gabinete paralelo de governo, que funcionava no próprio palácio do Planalto, composto por partidários e simpatizantes das ideias do então Presidente da República.

a precariedade das condições sociais e econômicas da grande parcela dos alunos da escola pública.

Em contraponto a este cenário vivido por conta do desgoverno anterior, tem-se apostado na resistência da democracia, na força desse movimento que assegura aos brasileiros e brasileiras o direito de participação e de escolha de um projeto com mais justiça social, com a proteção do Estado aos menos favorecidos, que vá além do desvelamento da realidade atual, que compreenda as necessidades da classe trabalhadora, crie alternativas coletivas de transformação, especialmente no que se refere à dignidade humana, significando direito à comida, à educação, à saúde, à liberdade de expressão e tantos outros pontos fundamentais para uma vida com qualidade.

Embora não estejamos livres do fascismo e do obscurantismo enraizado na sociedade brasileira, estamos vivendo a possibilidade de restauração da humanidade que Freire defendia, o esperançar, sentimento que move homens e mulheres, enquanto pessoas inacabadas, seres inconclusos, porém carregados de necessidades, interesses, sonhos, desejos e utopias de reconstruir um país com equidade em que se vivencie uma cultura alfabetizada como ação política e cultural.

3. Algumas histórias e dados do analfabetismo – que lições podemos tirar?

A educação de jovens e adultos é um campo de pesquisa multifacetado, complexo e vasto, com uma história igualmente rica de experiências, de muitas resistências, lutas e conquistas. Mas também de muitas perdas, interrupções e interdições das políticas públicas para este segmento da Educação Básica. Pode ser organizada e/ou ofertada como política pública; como parte das ações dos movimentos sociais e populares; pode ser formal, não formal, ou ambas; de ensino fundamental e/ou médio; de alfabetização.

Nesta proposta, como já afirmamos, o analfabetismo é compreendido como negação do direito à educação/à alfabetização. Por isso, sem esgotar a trajetória da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, a seguir destacaremos alguns elementos importantes, pois são pano de fundo da história da EPJA para construção do MOVA-Brasil.

3.1 Algumas histórias das campanhas e programas de alfabetização – que lições podemos tirar?

A superação do analfabetismo (que alguns ainda chamam, erroneamente, de erradicação!) tem suas bases inscritas em projetos, programas, campanhas e movimentos, com distintas conotações, e com alcance diversos – nos estados, distrital e nos municípios, em períodos diferentes da história do país.

Historicamente, as primeiras iniciativas de escolarização/alfabetização datam da presença dos Jesuítas, cuja intenção era a de catequizar os povos indígenas. A partir de 1934, de acordo com pesquisadores sobre o tema, pela primeira vez a educação de jovens e adultos despontou no Plano Nacional de Educação como responsabilidade do Estado.

A partir da década de 1940, dada a repercussão do alto índice de analfabetismo no Brasil denunciado pela UNESCO, em torno de 55% da população acima de 15 anos, a alfabetização dessas pessoas se fez presente nas políticas

governamentais. Citaremos algumas, à título de ilustração: a 1ª Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos ocorreu no ano de 1947; em 1952, a Campanha de Educação Rural; e em 1958, a 2ª Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958, foi um acontecimento de grande importância na história da Educação de Adultos, uma vez que as análises não se restringiram ao direito dos adultos à educação, mas a qualidade das práticas pedagógicas, conforme Paulo Freire apontou em relatório elaborado encomendado pelo governo federal. Paiva (1973, p 210), chamou a atenção, porque nesta reflexão Freire indicou a relação indispensável entre alfabetização e transformação das condições de vida da maioria do povo brasileiro e, portanto, pontua a importância da apropriação do código alfabético para ler, interpretar e mudar o mundo, bem como sobre a metodologia adequada a estes objetivos.

[...] a indispensabilidade da consciência do processo de desenvolvimento por parte do povo e da emersão deste povo na vida pública nacional como interferente em todo o trabalho de elaboração, participação e decisão responsáveis em todos os momentos da vida pública; sugeriam os pernambucanos a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o homem e não para o homem, a criação de grupos de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador (...) renovação dos métodos e processo educativos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais.

Outras experiências freirianas foram desencadeadas por meio dos movimentos sociais e populares, levando em conta a realidade dos alfabetizandos e das alfabetizadas na escolha do universo vocabular que seria utilizado no processo de alfabetização.

Neste contexto destaca-se o Movimento de Educação de Base – MEB, o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), ambos iniciados em 1961, os

Centros Populares de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes, e outras iniciativas de caráter regional ou local.

No governo de João Goulart, o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) de Adultos, que tinha como meta alfabetizar milhões, se valeu do Sistema Paulo Freire. Foi coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura, mas de curtíssima duração, sendo extinto pelo Golpe Militar, em abril de 1964, após 3 meses de ter sido oficializado.

Contudo, mesmo que muitas experiências de alfabetização e de educação de adultos, e inúmeros educadores e educadoras tenham enfrentado a repressão, a censura e as perseguições vigentes nos anos da ditadura militar, às quais nasceram na efervescência dos movimentos populares, desapareceram ou regrediram em consequência do regime.

A Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, oficializou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ação elaborada desde os primeiros anos do golpe militar, com expressa intenção de silenciar as experiências de alfabetização freireana que resistiram, inclusive (apesar, e por isso), o exílio de Paulo Freire. O MOBRAL foi desenvolvido em todo o território nacional com intenso controle federal centralizado, “semelhantes às campanhas de alfabetização. já havia sido prescrita sua finitude, com a clara intencionalidade de criar analfabetos funcionais, que aceitassem as condições de opressão” (HADDAD, 1991, p.9).

Segundo este autor, na década de 1970, paralelamente ao Mobral houve resistência.

As novas ideias e diversas práticas estimuladas no período anterior ao golpe, depois de reprimidas, vão gradativamente se recompondo e exercendo influência fora do aparelho do Estado, no campo do movimento social, em espaços de educação popular junto à sociedade civil (...) renasciam, durante a década de 70, movimentos de educação que reinventavam ações junto aos grupos populares como práticas de organização, mobilização e conscientização na luta por melhores condições de vida . (HADDAD, 1991, p. 95).

É provável que as leitoras e leitores desta proposta se perguntem sobre qual a diferença entre os conceitos de *Movimento* entre MOBRAL e MOVA, já que ambas

as experiências contêm esta palavra nas suas siglas (MEB também tem a palavra *Movimento ... de Educação de Base*).

A seguir, vamos apresentar a história do MOVA-SP, sua concepção política e pedagógica, não como modelo, mas como inspiração, de onde decorreram outros Movimentos de Alfabetização no país, em especial em Administrações Populares. Porém, para não deixarmos esta importante indagação de lado, trazemos uma reflexão de Fávero (2003):

a proposta de Paulo Freire contém diferenças fundamentais em relação às campanhas de alfabetização, pois o educador, além de apresentar uma sistematização coerente, aprofundou suas ideias em um tempo curto, ou seja, de 1963 a 1964, pois, logo a seguir, o Golpe Militar o silenciou (FÁVERO, 2003).

Ao final de 1985, o Mobral foi extinto nacionalmente e substituído pela Fundação Educar, mais ou menos cinco anos após (1990). Para Beisiegel, a Educar tinha a atribuição de “fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos, prevendo apoio técnico e financeiro a prefeituras municipais ou associações da sociedade civil” (BEISIEGEL, 1997, p.22).

Para Soares, de forma distinta do MOBREAL, a Fundação Educar fez parte da estrutura do MEC,

desenvolvendo ações diretas de alfabetização, exercendo a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração, pois em 1990 (Ano Internacional da Alfabetização), em lugar de se tomar a alfabetização como prioridade, o governo Collor extinguiu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra que assumisse suas funções. Tem-se, a partir de então, a ausência do governo federal como articulador nacional e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil (2003, p. 14).

O Governo de Fernando Collor extinguiu a *Fundação Educar* criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que não chegou a ser implementado.

A desvalorização da EJA avançou nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2003). No campo da alfabetização, que é o que nos interessa neste momento, foi criado o Programa Alfabetização Solidária (PAS/1997), descolado do MEC, com características assistencialistas, com uma concepção aligeirada de alfabetização, sendo que a continuidade da escolarização não era uma prioridade, em especial porque no MEC a EJA foram tratadas de forma precária.

Os anos de 1990 também foram marcados por intensa mobilização da sociedade civil em prol da EPJA. Destaca-se a criação dos Fóruns Estaduais e Distrital de EPJA, sendo que o primeiro foi o Fórum RJ, seguido pelo Fórum RS (1996) e nos anos seguintes a realização de Encontros Nacionais de EPJA – ENEJA, e os Regionais - EREJA. Estes espaços coletivos e plurais possibilitaram a discussão de teses importantes no campo da EPJA como direito e contribuíram com definições conceituais que embasaram a criação de legislação específica e a reformulação de conceitos e de práticas no campo da alfabetização, por exemplo.

No mesmo período, ressaltamos a criação da RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, que realizou quatro feiras latino-americanas – Curitiba/1990; Salvador/1993; Brasília/1995; Recife/1999, e a publicação da Revista da RAAAB.

Estas ações articuladas provocaram uma ruptura paradigmática que alterou o rumo da história EPJA, deixando marcas, resultados e consequências até os dias de hoje, em especial nas políticas públicas e na formação inicial das/os docentes: Paulo Freire como Secretário de Educação da cidade de São Paulo (1989/1991), pois sua presença indicou a retomada e o fortalecimento da Educação Popular como referência central para a formulação de políticas públicas governamentais para a EPJA.

Nos anos 2000, impulsionados pelo MOVA-SP, inúmeros Movimentos de Alfabetização foram criados em nível municipal e estadual, em particular nas administrações populares, sendo que em 2001, em Porto Alegre, ocorreu o I Encontro Nacional de *MOVAs*, e em 2003, no III Encontro Nacional de *MOVAs* formalizamos a REDE NACIONAL MOVA-BRASIL, em Goiânia/GO.

Em 2003, com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, a EPJA voltou a dar sinais de vida. Em 2004, foi instituída na estrutura do MEC a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com a finalidade de assumir a (re)construção da EPJA como política pública de Educação Popular. Neste contexto, a SECAD reorganizou a Comissão Nacional de Alfabetização, formalizada em 2003, inclusive com a implantação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), passando a ser nominada de Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). O MOVA-Brasil, entre outras organizações governamentais e não- governamentais teve assento na CNAEJA.

Em 2011, a SECAD recebeu o acréscimo da dimensão da “inclusão”, cujas ações faziam parte da Secretaria de Educação Especial (SEESP), passando a denominar-se SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

Desde o golpe em Dilma Rousseff (2016), infelizmente e tragicamente, não há nada de bom para relatar, exceto a derrocada e o desmonte da EPJA, e da alfabetização de jovens e adultos. No governo Temer, a EPJA minguou em estrutura, orçamento, oferta e o diálogo com as redes de educação praticamente “zerou”, e as matrículas despencaram. Em alguns estados e municípios, a EJA foi extinta.

Logo após a posse de Jair Messias Bolsonaro, em janeiro de 2019, foi anunciado o Decreto nº 9.4655 que extinguiu a SECADI. Em abril do mesmo ano, a CNAEJA foi extinta através do Decreto nº 9.7596.

De lá até 2023, sabemos o que aconteceu com a EPJA: nada! Tudo! Precisamos recomeçar como fênix; renascendo das cinzas. É neste contexto, que apresentamos o MOVA-Brasil ao governo Lula.

3.2 Alguns dados sobre o analfabetismo – que lições podemos tirar?

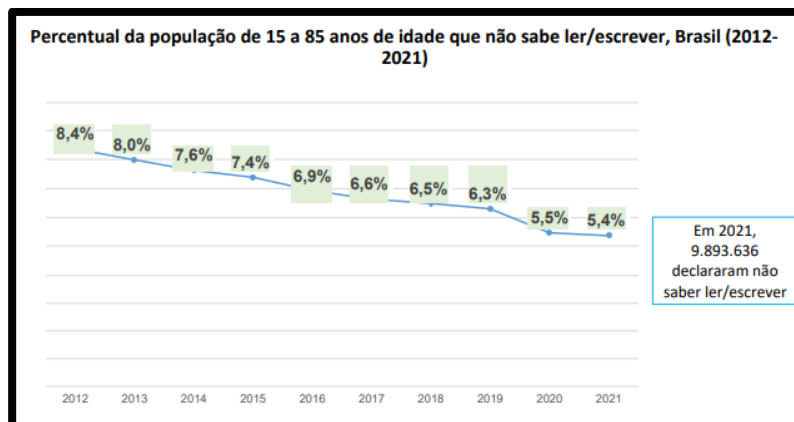
As mazelas do país, que são decorrentes de dívidas históricas para com o povo brasileiro, se expressam de diferentes formas. Os indicadores das pesquisas, neste caso o Censo Demográfico ou as PNAD, apresentam, via de regra, seus resultados em percentuais, sendo que estes dados quase sempre escondem ou maquiam a realidade. Quem são, como são e onde estão os mais de 9 milhões de pessoas não alfabetizadas? Porque é tão “fácil” invisibilizá-las? Porque os governos alegam que estas pessoas “não existem”, de que não há demanda por alfabetização?

No caso do MOVA-Brasil, o trabalho em rede, intersetorial, fortalecido a partir dos cadastros das políticas sociais (como o CAD-único), deverão se comprometer em desvelar e responder estas questões, pois cada número, cada percentual de analfabetismo traduz uma ou mais informações sobre a exclusão do acesso ao conhecimento, à alfabetização.

A seguir, destacamos quatro tabelas elaboradas pelo GT 18/EJA, da Anped, em 2022, construídas por Robson dos Santos e Ana Elizabeth Albuquerque, em 2021, a partir dos dados da PNAD-C.

A tabela 1 apresenta o total de pessoas de 18 a 85 anos que declararam não saber ler e escrever, em 2021. Portanto, a demanda potencial do MOVA-Brasil são 9.893.636, o que equivale a 5,5% do total da população brasileira.

Tabela 1 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever (2012-2021)

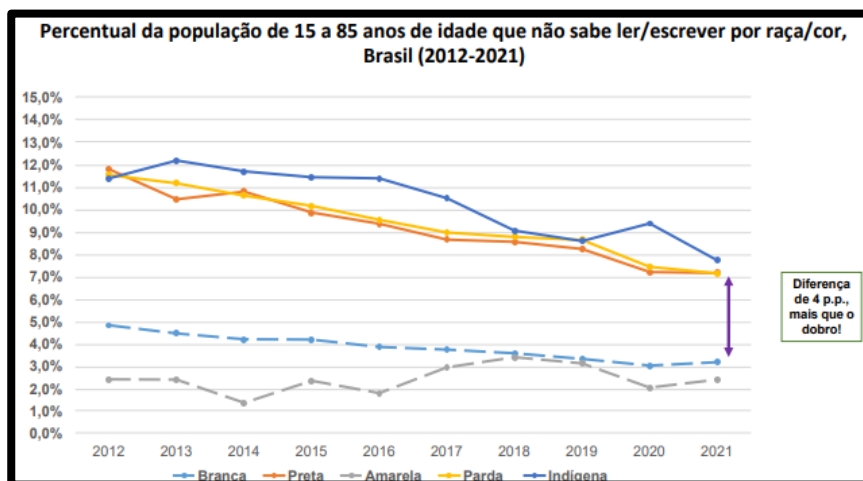


Fonte: GT 18/EJA, da Anped, 2022.

Na próxima tabela, os dados do analfabetismo, na mesma faixa etária, revelam que o número de pessoas brancas reduziu de +- 11,5% para um pouco menos de 9%), mas que no caso das pessoas pretas e das pardas, o movimento não foi o mesmo, ou seja, reduziu em torno de 4 pontos, de 12% para 8% nas duas situações. Quanto à população indígena, a queda é de apenas 1%.

Tabela 2 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever/por raça/cor (2012-2021)

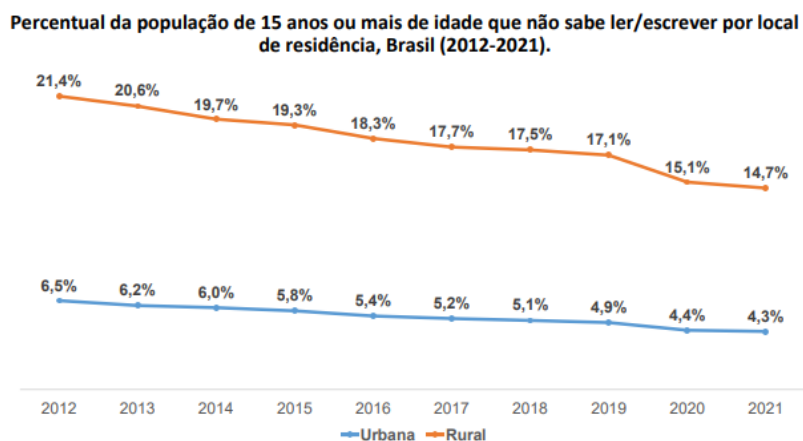
Fonte: Estudo do GT 18/EJA, da ANPED, em 2022.



Fonte: Estudo do GT 18/EJA, da ANPED, em 2022.

Se tomarmos o lugar de residência urbana e rural as discrepâncias, mesmo com a redução maior no meio rural entre os anos de 2012 e 2021 – de 21,4 para 14,7, porque entre ambos a diferença é de mais de 10%, ou seja, 4,3% e 14,7% de moradores analfabetos, respectivamente.

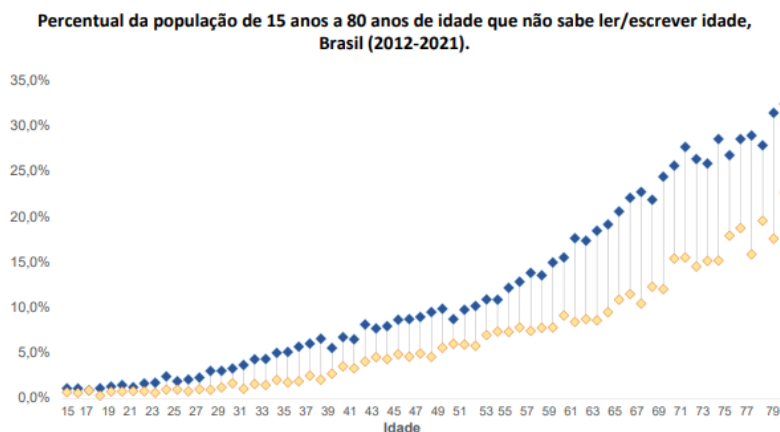
Tabela 3 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever por local de residência, Brasil (2012-2021).



Fonte: Estudo do GT 18/EJA, da ANPED, em 2022.

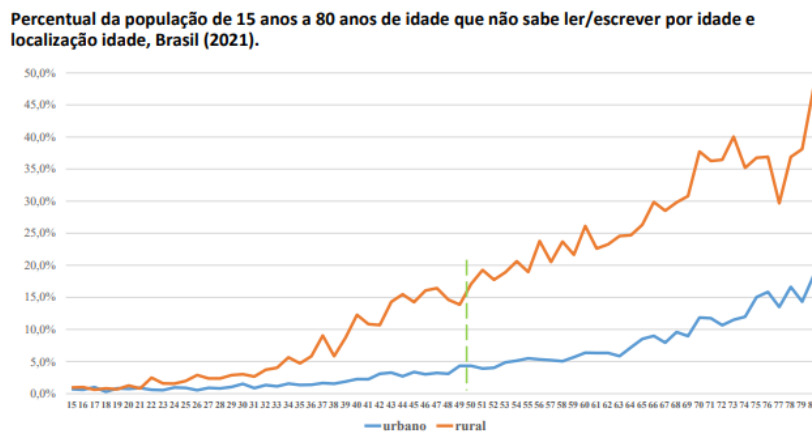
A tabela 4 tem informações importantes. O gráfico mostra a diferença do analfabetismo entre gerações e entre idades de uma mesma geração. No entanto, para o MOVA-Brasil, cuja prioridade são as pessoas adultas e idosas, observa-se que acima dos 60 anos a curva ultrapassa 10% e atinge 20% de analfabetismo entre pessoas com 79 anos (em 2012 era 30%), sendo que nesta idade, quando se trata do meio urbano o percentual pula de 20 para quase 50% (tabela 5).

Tabela 4 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever por idade, Brasil (2012-2021)



Fonte: Estudo do GT 18/EJA, da ANPED, em 2022.

Tabela 5 – Percentual da população de 15 a 85 anos que não sabe ler e escrever por idade e localização idade, Brasil (2012-2021)



Fonte: GT 18/EJA, da Anped, 2022.

Esta proposta para o MOVA-Brasil não tem como objetivo analisar as causas do analfabetismo e como ele revela as faces da exclusão da educação escolar, no entanto, ressaltamos que estes dados são a ponta do *iceberg*, porque a negação de direitos não se limita ao acesso à leitura e à escrita, mas a todos os bens culturais, sociais e, sobretudo, econômicos, traduzidos na mais profunda desigualdade social.

Por isso, o MOVA-Brasil “é mais” que um movimento de alfabetização, mas um amplo movimento na direção da reumanização, da superação das maldades e perversidades de um país capitalista, racista e machista, pois para Paulo Freire não é possível viver/existir sem escolher “entre o bem e o mal, entre a dignidade e a indignidade, entre a decência e o despudor, entre a boniteza e a feiura do mundo. Quer dizer, já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política” (FREIRE, 1996, p. 52).

4. O MOVA-SP de Paulo Freire, história e memória de um inédito viável

4.1 Origem do Movimento de Alfabetização de São Paulo MOVA-SP

O período 1989-1992 representa uma retomada das práticas de educação popular do início da década de 1960, quando, pela primeira vez na história da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, se sonhou implementar uma proposta educacional que visava à emancipação das classes populares. Era o Programa Nacional de Alfabetização com base no Sistema Paulo Freire, instituído em janeiro de 1964, mas que teve pouco mais de 80 dias de existência, pois foi revogado em abril do mesmo ano pelo governo militar.

O que não foi possível realizar naquele período, foi retomado quase trinta anos depois na cidade de São Paulo, com a implementação do Movimento de Alfabetização – MOVA-SP, que tinha como princípio assumir um compromisso político-pedagógico com os Movimentos Populares de Alfabetização, criando uma parceria com eles, designando-lhes verba necessária para sua implementação e manutenção.

De acordo com Moacir Gadotti (1996, p.19-25), o MOVA-SP se propunha a “tornar possível o que parecia não ser possível”. Graças a essa visão prospectiva, ousada e esperançosa, o MOVA-SP foi lançado no dia 29 de outubro de 1989, na Câmara Municipal de São Paulo, contando com a participação massiva de movimentos populares da capital paulista. Na ocasião falou Paulo Freire:

Só muito dificilmente poderia negar a alegria, mesmo bem comportada, que sinto hoje, como secretário de Educação da cidade de São Paulo, enquanto um entre os que pensam e fazem o MOVA-SP. A alegria de ser um dos que pensam e fazem o MOVA, tantos anos depois de haver coordenado o Plano Nacional de Alfabetização do MEC, em 1963 e que o golpe de Estado frustrou em começos de 64. Sabemos, os educadores e educadoras que fazemos o MOVA-SP, da responsabilidade. Sabemos sempre provando-se, da competência, a ser posta a serviço do programa; sabemos

também que um programa assim demanda clareza política de todos nele engajados e vontade política de quem se acha ao nível da decisão. A administração popular democrática de Luiza Erundina tem vontade política indispensável à marcha do MOVA-SP. Nós garantiremos o nosso empenho para fazer as coisas certas, respeitando os movimentos sociais populares com os quais trabalharemos e buscando o apoio conscientemente crítico dos alfabetizandos, sem o qual fracassaremos (PMSP/SME, 1989, p.2).

O MOVA-SP foi oficializado pelo Decreto 28.302, em 21 de novembro de 1989. A Prefeitura repassava às entidades as verbas necessárias para sua manutenção e pagamento dos educadores, ficando autorizada a firmar convênios e acordos com entidades, sociedades e associações regularmente constituídas.

Conforme o decreto, a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com as entidades conveniadas, manteria permanente "Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo", que estabeleceria as diretrizes gerais do Movimento ora criado.

O Movimento teve início com 150 núcleos e seu objetivo era atingir 2.000 núcleos. Era formado por setores da Pastoral Popular da Igreja Católica, Sindicatos e algumas áreas das Universidades e sua meta era a diminuição do analfabetismo no município de São Paulo, a partir da mobilização social. Ele surgiu de um antigo sonho de Paulo Freire de construir uma proposta de Alfabetização de Jovens e Adultos com os movimentos populares. Para isso a Secretaria Municipal de Educação se propôs a cumprir três funções:

- ✓ Apoiar financeira e materialmente os grupos populares.
- ✓ Criar novos núcleos de alfabetização nas áreas onde os movimentos populares ainda não haviam assumido esta tarefa.
- ✓ Garantir a orientação político-pedagógica e a formação permanente dos educadores populares por meio de encontros sistemáticos entre educadores dos movimentos populares e assessores pedagógicos da Secretaria Municipal da Educação.

A formação continuada era pautada pelo permanente movimento de ação-reflexão-ação. A seleção dos educadores e seu posterior acompanhamento eram

marcadas pelo compromisso político e disposição e disponibilidade para sucessivas formações coletivas.

O MOVA-SP tinha como proposta político-pedagógica partir das experiências alfabetizadoras dos Movimentos Populares que deveriam ser recriadas por todos os envolvidos no processo educacional e ampliadas pelos métodos científicos de investigação da realidade educativa, cultural, social e econômica.

A Avaliação dialógica tinha por objetivo conhecer os fatores que intervêm no desenvolvimento educacional, a fim de assegurar a continuidade e o redimensionamento das ações e garantir condições estruturais para viabilização da proposta. Sendo um processo permanente tinha em vista:

- a) Acompanhar se o movimento e seus objetivos estavam sendo alcançados.
- b) Observar se os recursos estavam sendo suficientes e bem gerenciados.
- c) Garantir que a prática diária fosse sempre avaliada, permitindo a verificação da condução e planejamento dos trabalhos.
- d) Organizar reuniões semanais entre supervisores e educadores, entre supervisores e equipe central e reuniões mensais no Fórum, onde todos os envolvidos no processo educacional avaliam a construção e funcionamento do movimento de alfabetização.

A Secretaria Municipal de Educação também criou uma equipe de pesquisa, encarregada do acompanhamento do trabalho e de elaborar e efetivar um projeto de avaliação que desse conta das inúmeras variáveis operacionais e técnicas do MOVA-SP. A equipe elaborou, em dezembro de 1992, o Relatório de Pesquisa: Avaliação MOVA-SP, que caracterizava a demanda, a estrutura, o produto e o processo.

Para Freire, os objetivos gerais do MOVA-SP eram:

1. Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade.

2. Desenvolver um processo de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade.
3. Contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e dos educadores envolvidos.
4. Reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.

Os objetivos específicos eram:

1. Desenvolver um processo de educação que possibilitasse aos educandos a construção de conhecimentos significativos para a compreensão e transformação da realidade social.
2. Participação do educando, da comunidade e do educador no processo de produção, apropriação e divulgação da cultura popular.
3. Possibilitar a melhoria da qualidade de vida aos educandos, educadores e à comunidade em que estão inseridos.
4. Incentivar a participação de educandos e educadores nas lutas pelos direitos sociais do cidadão.
5. Ampliar a atuação dos grupos populares nas práticas que visam à melhoria da qualidade de ensino, democratização da educação, como os Conselhos de Escola.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o MOVA-SP implementou 626 núcleos de alfabetização em convênio com 56 movimentos populares, tendo formado 2.001 alfabetizadores e alfabetizado 12.185 pessoas. Após 3 (três) anos de existência, possuía 1000 (mil) núcleos e, aproximadamente 20.000 (vinte mil) educandos.

Como o movimento cresceu muito, foram criados Fóruns Regionais, que representavam seis regiões de São Paulo. O Fórum Municipal reunia todos os representantes dos Fóruns Regionais, dos quais foi retirada uma comissão executiva composta por cinco pessoas.

Depois de três anos, foram realizados vários trabalhos de avaliação. Apesar de todos os problemas que um grande movimento acarreta, eles foram

gradativamente superados e isso criou nos movimentos populares a certeza de seu valor e de estarem contribuindo de forma planejada para a eliminação do analfabetismo no município.

Nos primeiros quatro anos de existência, o MOVA-SP (1989–1992) realizou cerca de vinte cursos introdutórios de formação para monitores e supervisores, 75 reuniões de supervisão que se constituíam em formação permanente dos professores e seis seminários gerais e regionais. Em 1990, foi realizado o I Congresso de Alfabetizandos da Cidade de São Paulo do qual participaram mais de 5 mil educandos e educadores.

O poder de mobilização que o movimento MOVA-SP criou trouxe consigo uma maior participação dos envolvidos nas questões políticas, econômicas e sociais da sua comunidade e do Brasil como um todo. Foi um Movimento que mostrou ser possível uma relação de parceria, que, mesmo sendo difícil, tensa, conflituosa, foi necessária e rica. É por meio dessas práticas que a democracia se concretiza.

O MOVA-SP foi uma prova de cidadania (STRONQUIST, 1997), planejado para ter vida longa e não só a duração de uma gestão.

Podemos dizer que o MOVA-SP foi uma oportunidade de consolidar uma prática coerente com o Sistema Paulo Freire, que desde sua gênese se traduziu numa concepção popular de educação. Ao ser perguntado por Nilcéia Lemos Pelandré se enquanto Secretário da educação do município de São Paulo, Freire aplicou a sua teoria, ele respondeu:

Sim, nós aqui criamos o MOVA, Movimento de Educação de Adultos de São Paulo. Mas ai, com uma diferença do que se fez em 63. Nós partimos do respeito absoluto aos movimentos populares. Então, nós fizemos convênios com os movimentos populares da periferia de São Paulo, mais de cento e cinquenta movimentos, assinamos convênio com cada uma dessas sociedades e repassamos as verbas para eles capacitarem seus educadores. Criamos um conselho formado por eles e por nós, uma espécie de órgão pensador da política de educação (PELANDRÉ, 1998, p. 312).

O MOVA-SP tem prestado uma significativa contribuição ao desenvolvimento da teoria e das práticas de educação de jovens e de adultos. Seu exemplo foi e continua sendo seguido no Brasil, com repercussões inclusive no exterior.

Segundo Nelly Stronquist (1997, p. 20), da University of Southern California (EUA), é um exemplo de “educação para a cidadania”, baseado numa visão sociocognitiva do processo de alfabetização. Para ela, o MOVA não apenas promovia o diálogo entre professores e estudantes, mas se constituiu num grande processo de conscientização onde os conteúdos e objetivos enfocavam as desigualdades sociais, explorando suas causas.

O MOVA-SP não adotou uma única orientação metodológica ou, como se costumava dizer, o Método Paulo Freire. Procurou-se manter o pluralismo, só não se aceitando métodos pedagógicos anticientíficos e filosóficos autoritários ou racistas. Mas isso não poderia ser confundido com ecletismo. Sempre houve clareza em relação ao tipo de homem e de mulher que se queria formar:

O ser humano que pretendemos educar é o sujeito capaz de construir a própria história, a partir de uma participação efetiva da sociedade. Um homem engajado nas tarefas do seu tempo. Alguém voltado para realização de sua individualidade e ainda dotado de consciência social e de apreensão do seu papel histórico, por isso disposto a colaborar na luta popular global pelo direito à subjetividade democrática em que todos podem participar, decidir e dirigir a vida social. (Maria José do Vale Ferreira (In: Gadotti (org.), 1996, p.51).

4.2 O MOVA, herdeiro da Educação Popular

Segundo Gadotti (2008, p. 64-69), a Educação Popular, que vem inspirando, como utopia latino-americana, os movimentos populares, sempre foi muito ousada. O Programa MOVA-SP foi avaliado positivamente pelos seus organizadores, bem como por estudos realizados por pesquisadores e observadores externos.

A pesquisa realizada pelo professor Carlos Alberto Torres, diretor do Latin American Center da Universidade da Califórnia, Los Angeles, avaliou o impacto real

da alfabetização na vida dos *neo-alfabetizados* ao nível da consciência política, da mobilidade social e econômica, isto é, da melhoria do rendimento e do trabalho, bem como ao nível da cultura e da comunicação.

O MOVA-SP serve de referência para outras experiências e se constitui num processo muito significativo de formação para todos os que o promoveram.

Como destaca um dos idealizadores do MOVA-SP, Pedro Pontual (1995), em sua dissertação de mestrado, a primeira sobre o MOVA-SP, defendida em 1995, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o “pioneirismo e a originalidade” do MOVA-SP tornou-se uma “ideia-força” e referência para muitos outros movimentos de alfabetização.

O MOVA-SP, herdeiro da tradição do movimento de educação popular, conseguiu a façanha de reunir uma centena de movimentos populares que até então trabalhavam isoladamente e construiu uma forma particular de parceria entre Estado e sociedade civil, não apenas administrativo-financeira, mas também político-pedagógica.

O processo de construção foi fundamentado em valores democráticos que resultaram no aprofundamento de uma nova cultura política para a qual a educação é um instrumento fundamental. O grande saldo que ficou do MOVA-SP foi a experiência de articulação dos movimentos populares, constituídos ainda hoje com um novo e importante ator social na cidade de São Paulo.

O MOVA-SP está em atuação até hoje, revisitado e contextualizado, de modo a responder às demandas da atualidade, cumprindo seu importante papel social que é educar para transformar!

5. Conceito de Alfabetização como ação política e cultural

Pedro viu a uva, ensinavam os manuais de alfabetização.

Mas o professor Paulo Freire, com o seu método de alfabetizar conscientizando, fez adultos e crianças, no Brasil e na Guiné-Bissau, na Índia e na Nicarágua, descobrirem que Pedro não viu apenas com os olhos. Viu também com a mente e se perguntou se uva é natureza ou cultura. (Frei Betto⁵)

Os conceitos de **alfabetização e analfabetismo** são vivos; não se congelam no tempo histórico. Ao contrário, precisam avançar conceitualmente para acompanhar as mudanças e os desafios da sociedade.

No Brasil, o IBGE, órgão responsável pelas pesquisas demográficas, estabelece que o analfabetismo diz respeito àquela pessoa, acima de 15 anos, que apresenta incapacidade para ler e escrever, sendo que a PNAD-C⁶ apontou, em 2021, um universo de 9.893.6361 de pessoas de 15 a 85 anos de idade que declararam não dominar o sistema alfabético.

Com o objetivo de revisitar estes conceitos, a cada dez anos, a UNESCO reúne os países filiados para que participem das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA). O Brasil é um deles, por isso é signatário dos acordos internacionais.

A VI CONFINTEA⁷, realizada no Brasil, em Belém, de 1º a 4 de dezembro, reforçou a ideia de que a alfabetização é chave para aprendizagem ao longo da vida, reafirmando, com isso, o texto da Conferência anterior (V CONFINTEA, 1997, Alemanha⁸), em que a alfabetização de adultos é concebida como o conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação. A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais” (1997, p.02).

⁵Trecho da carta que Frei Betto escreveu para Paulo Freire, um dia após sua morte (02/05/1997).

⁶ Dado retirado da pesquisa da Anped, GT 18, elaborada por Robson dos Santos e Ana Elizabeth Albuquerque, em 2021.

⁷<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/10024-confitea-6-secadi>

⁸<http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf>

Observa-se, ainda, que estes dois conceitos são utilizados em outras áreas, ou seja, para além do campo da educação básica. Apenas para ilustrar, aparecem de forma recorrente em nossos cotidianos: alfabetização ou analfabetismo digital, ambiental, cultural, audiovisual.

De um lado, pode ser um bom indicativo de que tanto a sociedade como as organizações públicas e não-públicas reconhecem a importância de se garantir o acesso à leitura e à escrita em sentido ampliado – para além da apropriação do sistema alfabético. Usa-se, por exemplo, a expressão “analfabeto/a digital” para designar as pessoas que não dominam as ferramentas digitais, já que, por várias razões (econômica, em especial), não acessaram os conhecimentos próprios deste universo.

De outro, pode ser um risco, porque o conceito de alfabetização em sentido ampliado encobre o analfabetismo, – saber ou não ler e escrever, e ser usuário ou não destas habilidades, deixando de lado, com isso, mais 9 milhões de pessoas excluídas do dito mundo letrado, e estas, governo a governo, se tornam cada vez mais ocultas, relegadas, e até negadas de acessarem um direito humano elementar: a alfabetização!

Quantas vezes escutamos dos gestores públicos as seguintes frases: Não tem demanda! Onde estão as pessoas não alfabetizadas? E fecham turmas e escolas de EJA *a rodo!*

Para enfrentar este cenário, cabe ao governo Lula chamar para si a tarefa de gestar uma política pública voltada à superação do analfabetismo para, com isso, retirar da invisibilidade estes milhões de pessoas, assegurando-lhes o acesso ao direito de ler, escrever, de usufruir das belezas e das informações próprias das literaturas.

Pensemos, também, que a veiculação de notícias falsas (*fake news*) encontra no analfabetismo um terreno mais fértil para disseminar mentiras e maldades.

Diante disso, tornar-se uma exigência integrar as tarefas de alfabetização com as de educação cidadã envolvendo os meios conscientizadores de

comunicação social com "círculos freireanos de cultura e diálogo cidadão", de modo a envolver muitos coletivos humanos constituindo uma ampla ação democrática

Mas, afinal, qual conceito de alfabetização será assumido pelo MOVA-Brasil? A alfabetização freiriana, porque proclama e defende a apropriação do sistema alfabético como ferramenta de participação na vida em sociedade, inclusive para demandar outros direitos humanos.

E aqui neste ponto reside, então, o **recorte conceitual do MOVA-Brasil: superação do analfabetismo**. Desculpe-nos pela repetição, mas é vital que esta compreensão fique evidenciada na proposta que estamos apresentando.

Usaremos o conceito do IBGE - analfabetismo absoluto, não porque existe um analfabetismo relativo, mas para destacar que ao MOVA-Brasil caberá qualificar os dados do Censo de 2022, das PNADs, e até mesmo do *Cadúnico*, na busca, na localização e no chamamento dos milhões de analfabetos.

Os conceitos de alfabetização e de analfabetismo têm duas dimensões fundamentais: a política e a pedagógica. Sobre a dimensão política, a base teórica do MOVA-Brasil se assenta no pensamento de Paulo Freire, ou seja, a educação/alfabetização/analfabetismo têm estreita e inevitável relação com nossas posições políticas diante destas perguntas freirianas: a) que mundo quero construir?; b) que paradigma de Educação constrói este mundo?; c) que alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas dialoga com a construção deste mundo?

Fiori, no prefácio de *Pedagogia do oprimido*, responde a estas questões:

Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se. Por isto, a pedagogia de Paulo Freire, sendo método de alfabetização, tem como ideia animadora toda a amplitude humana da "educação como prática da liberdade", o que, em regime de dominação, só se pode produzir e desenvolver na dinâmica de uma "pedagogia do oprimido" (FREIRE, 1987, p.10).

Neste prefácio, Fiori finaliza atribuindo um caráter político à alfabetização e, assim, ao Método Paulo Freire: "A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia:

aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra. E a palavra humana imita a palavra divina: é criadora” (FREIRE, 1987, p.20).

Para Paulo Freire, a educação/alfabetização, e qualquer prática pedagógica, é sempre política, representa uma visão de mundo, de sociedade, de sujeito e de educação/escola. Assim sendo, tal compreensão exige que compreendamos que as causas do analfabetismo estão associadas a um projeto de país, e não a uma culpa individual, como se o sujeito não alfabetizado fosse portador de uma chaga a ser combatida com uma campanha de alfabetização – quem lembra do símbolo do MOBRAL? A digital de um polegar, sinalizando, exatamente, para o analfabetismo como opção/marca individual.

Nas palavras de Freire, a alfabetização é um “ato de conhecimento, como ato criador e como ato político, é um esforço de leitura do mundo e da palavra” (FREIRE, 1990). O MOVA-SP ratificou esta compreensão:

A alfabetização não é apenas um processo lógico, intelectual, é também profundamente afetivo e social. É preciso, então, resgatar estas marcas socioculturais, afetivas, e, ao mesmo tempo, as construções lógicas, intelectuais, na observação atenta do educando enquanto realiza as atividades pedagógico-didáticas (1990, p. 11-12).

A dimensão política da alfabetização é dialógica, pois os saberes das pessoas alfabetizadas serão sempre levadas em conta; emancipadora, porque deve incluir, motivar e inserir estes sujeitos luta pelos direitos humanos, na luta por uma vida digna; humanizadora; pois a apreensão do sistema alfabético é uma ferramenta impulsionadora da vocação ontológica para o *Ser Mais*.

A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado (FREIRE, 1996, p. 29).

A outra dimensão, a pedagógica, que também exige uma metodologia a favor da libertação dos oprimidos e das oprimidas, cuja vocação ontológica é Ser mais, e não Ser menos, como impõe a lógica do capital, deverá ser compatível com a construção da justiça social e com a superação de todas as formas de opressão.

Dito isso, a pedagogia e a metodologia freiriana reafirmam a premissa, já citada anteriormente, de que a *Leitura do mundo precede a leitura da palavra*. Para Freire e Macedo,

A única abordagem da alfabetização compatível com a construção de uma sociedade anticolonial nova é a que se alicerça na dinâmica da produção cultural e que é animada por uma pedagogia radical. Ou seja, o programa de alfabetização de que se precisa é aquele que há de representar uma afirmação do povo oprimido e permitir-lhe recriar a própria história, cultura e língua; aquele que, ao mesmo tempo, ajude a levar os indivíduos assimilados, que se sentem cativos da ideologia colonial, a “cometer suicídio de classe” (FREIRE e MACEDO, 1980, p. 116).

Portanto, o MOVA-Brasil precisará enfrentar a ainda presente concepção tradicional e bancária de alfabetização, em que a aprendizagem do código alfabético é reduzida a uma técnica descolada do contexto dos sujeitos e apenas para a aquisição da língua padrão dominante/vigente.

Por isso, o MOVA-Brasil concebe a alfabetização “desde uma teoria de produção cultural e encarada como parte integrante do modo pelo qual as pessoas produzem, transformam e reproduzem significado [...] como um meio que compõe e afirmar os momentos históricos e existenciais da experiência vivida que produzem uma cultura subalterna ou vivida” (FREIRE; MACEDO, 1981, 114).

Por fim, em um próximo documento, aprofundaremos o método Paulo Freire, a partir da compreensão da Palavra Geradora, bem como outras fontes teóricas, como a sociolinguística, por exemplo. No entanto, sem abrir mão de um conceito de alfabetização alargado para além de decifrar os códigos linguísticos, que não seja apenas técnico mas transformador, político-pedagógico com metodologias embasadas na Educação Popular criando, debatendo, problematizando e fazendo a leitura crítica da realidade das diferentes

comunidades. Nesse sentido, o antirracismo, o feminismo e a decoloniedade constituem elementos fundantes da Educação Popular.

A negação do direito de ler a escrever o mundo e a palavra é uma dívida histórica do país para com seu povo. A manutenção desta realidade é uma perversidade política, social, educacional e cultural, portanto, a superação do analfabetismo de pessoas jovens, adultas e idosas requer um diálogo intersetorial, do governo federal com as demais esferas de poder, e destas com a sociedade brasileira.

6. Diálogo intersetorial como condição ao MOVA-Brasil

O MOVA-Brasil como política de Estado, com caráter interministerial e intersetorial, em regime de colaboração com as redes municipais e estaduais de educação, com as universidades e movimentos sociais e populares deve realizar-se articulado pelas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho, etc., tendo em vista a garantia dos direitos humanos fundamentais.

Neste sentido, para que o MOVA-Brasil se efetive como política pública federal em todo o território nacional, se faz necessária a construção de acordos entre os órgãos federais para que se garanta a assistência técnica, meios de comunicação adequados, orçamento público, entre outras questões, desde a coordenação da SGPR e do MEC/SECADI/DEJA.

No que se refere às relações com Estados, Municípios e Distrito Federal, caberá ao governo federal estabelecer as bases para um efetivo e possível regime de colaboração. Nos governos, então, a intersetorialidade deverá atingir todas as políticas, públicas, potencializando, por exemplo, as ações nos Pontos de Cultura, nos CRAS, com o apoio dos Agentes de Saúde e também dos demais agentes públicos e/ou parceiros.

Lembremos que o *Cadúnico*, bem como outros cadastros são, ou terão que se adequar, uma importante e vital fonte de informação, pois precisamos superar o discurso ainda vigente, em especial nos poderes públicos, de que não há demanda.

As secretarias municipais de saúde, em suas unidades básicas, podem, por exemplo, levantar dados da demanda não alfabetizada para fornecê-los às coordenações regionais ou locais do MOVA-Brasil. Da mesma forma, as unidades escolares, as igrejas, os sindicatos, etc.

Nas próprias escolas públicas de Educação Básica, essa demanda pode ser levantada por meio do registro da escolarização dos responsáveis e familiares de educandos matriculados.

O MOVA-Brasil buscará também o diálogo com os movimentos sociais e populares locais, desde as realidades concretas. O diálogo com a sociedade civil

organizada poderá se dar através do Conselho Nacional de Participação Social, e com os demais conselhos de direito.

Nesta questão, vale ressaltar que o MOVA-Brasil tem em sua gênese, conforme afirmamos anteriormente, uma vocação cidadã, ou seja, as/os alfabetizandas/os passam a demandar e a acessar as políticas públicas - exames oftalmológicos e distribuição gratuita de óculos e a inserção em Programas Sociais, duas condições, inclusive, que asseguram a ida à sala de aula, ao grupo de alfabetização, ou ao círculo de cultura, ou a outra forma de denominação.

De forma geral, a articulação com a saúde pode possibilitar a celeridade no encaminhamento para tratamentos oftalmológicos, odontológicos e demais especialidades que a população da EPJA carece, em especial, as idosas.

Dadas as condições de exclusão a que estão submetidos os sujeitos que compõem a demanda para as ações de alfabetização na EPJA, tornam-se imprescindíveis estratégias que viabilizem a permanência dos educandos, incluindo auxílio financeiro, salas de acolhimento para filhos pequenos de educandas no MOVA-Brasil, bem como na EPJA.

Por isso, a intersetorialidade no MOVA-Brasil é uma exigência política, ética e pedagógica, pois permite que os setores governamentais trabalhem em conjunto, quem sabe otimizando recursos humanos e financeiros, para alcançar a superação do analfabetismo de mais de 9 milhões de brasileiras e de brasileiros, desde a Educação Popular e a pedagogia de Paulo Freire.

Ao exercício complexo da intersetorialidade se estabelece a necessidade da metodologia freiriana, em que o diálogo é instrumento presente na construção de relações intersetoriais e com a sociedade brasileira, porque a alfabetização emancipadora, como ação política e cultural, requer (re)humanização, amorosidade, esperanças e alegria, ressignificando vida presente, em vida digna para todos e todas que, historicamente, foram excluídos também por não saberem ler e escrever.

Temos a nitidez que o governo Lula enfrenta o caos em todas as áreas, que o país está destruído, que estamos gerindo a barbárie, pois são tantos os

problemas que será preciso “disputar” espaço na agenda do presidente, dos Ministérios e Secretarias para levarmos o MOVA-Brasil à concretude, para que se obtenha orçamento público compatível com a grandeza do desafio e, mais ainda, com as infinitas possibilidades decorrentes de um povo alfabetizado.

Recordemos que em 6 de out. de 2022, Lula rebateu uma fala de Bolsonaro acerca do analfabetismo no Nordeste. Discorreu, em seu discurso, sobre a importância da educação, e disse que as pessoas que ainda são analfabetas não são por sua culpa, que é uma questão de descaso do governo.

Ao referir-se a este tema, reforçou que “queremos mais do que apenas sobreviver. Não queremos passar fome, queremos comer. Não queremos ser apenas pedreiros, queremos ser engenheiros, médicos ou professores”. Eis uma fala que está em consonância com as políticas intersetoriais.

Por fim, temos a certeza de que a superação do analfabetismo se tornará uma das prioridades para o Brasil e para o governo do presidente Lula.

Considerações Finais

Concordamos com Betinho quando disse “quem tem fome tem pressa”. Estendemos esse conceito para outro tipo de fome: a de conhecimento. Promover a oportunidade de eliminar a desnutrição social, cultural e cognitiva de milhões de brasileiros e brasileiras é uma ação necessária e urgente.

Vimos que nos últimos anos, o desmonte da Educação de Jovens e Adultos não foi uma casualidade, mas um projeto! O que queremos agora não é apresentar um projeto alternativo, mas um movimento permanente de eliminação do analfabetismo; e dizer que temos pressa!

Tendo como base a educação como um direito, o MOVA Brasil como política pública em nível nacional vem dar concretude a essa necessidade e a essa urgência de tornar o nosso país livre do analfabetismo entre pessoas jovens, adultas e idosas.

As experiências de MOVA desenvolvidas em diferentes estados e municípios têm nos mostrado que tanto para os movimentos sociais, quanto para a administração pública, desenvolver e sustentar uma política educacional, tecnicamente competente, eticamente coerente e politicamente factível vem representando um imenso desafio, mas também vem mostrando que é possível esperar, quando o desejo de transformação é assegurado por meio de vontade política, investimento público e compromisso de todos e todas com a emancipação dos sujeitos sociais.

A construção de uma nação passa pela alfabetização de seu povo, pois o analfabetismo dificulta a participação ativa dos sujeitos e a construção de uma sociedade justa, democrática, plural e sustentável.

Alfabetizar é mais que ensinar a ler e escrever, é fortalecer a noção de pertencimento, de cidadania, de consciência de classe, gerando autonomia, participação ativa e luta por direitos sociais.

Por tudo isso, apresentamos essa proposta, que representa um esforço coletivo intersetorial, interministerial, com a gestão do poder público, a participação

ativa da sociedade civil, das universidades, das organizações sindicais para construir ações mobilizadoras com vistas à redução do analfabetismo e o fortalecimento da EJA, haja vista que apenas uma gestão intersetorial e interministerial será capaz de assegurar o processo de inclusão social e educacional das pessoas jovens, adultas e idosas e seus movimentos de escolarização, educação e de formação ao longo da vida.

Desse modo, necessitamos fomentar e consolidar a gestão de tais políticas envolvendo os diferentes entes federados, bem como os movimentos sociais e populares. Aliado a esse processo, encontra-se a necessidade, também, de relacionar o campo dos Direitos Humanos na interface com a gestão de políticas intersetoriais e interministeriais, visando assegurar processos de cidadania ativo-crítica ao longo do desenvolvimento das ações do MOVA-Brasil.

A vigência do PNE se encerra em 2024 sem ter cumprido a maior parte de suas metas. No que concerne à EJA, a meta 9 previa a eliminação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da sua vigência, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, o que está longe de acontecer.

Isso posto, o MOVA-Brasil se apresenta como possibilidade de garantir o direito à educação/à alfabetização a todas as pessoas jovens, adultas e idosas, considerando suas singularidades e suas necessidades sociais, sem que ninguém fique de fora desse direito, de forma que todos os sujeitos aprendam a ler e a escrever e consigam utilizar essas tecnologias nas suas práticas sociais.

Nesse sentido, dialogamos com as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2ª edição, p. 14) que trazem:

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são pessoas jovens, adultas, idosas, trabalhadores formais e informais, camponeses, pessoas privadas de liberdade, em situação de rua, indígenas, quilombolas, imigrantes e refugiados que, ao longo da sua história, não iniciaram ou interromperam a sua trajetória escolar em algum ou em diferentes momentos de sua vida”, além das mães que, muitas vezes, não estudam por não terem com quem deixar seus filhos.

Sabemos que não se trata de erradicar o analfabetismo, pois não há uma doença a ser combatida através de campanhas de alfabetização, mas, sim, cabe ao estado brasileiro, de uma vez por todas, “pagar esta dívida histórica” com as mais de 9 milhões de pessoas, bem como assumir o compromisso de não mais produzir a exclusão de novos sujeitos do direito à educação.

Somente um grande mutirão nacional, tendo o governo federal como indutor de políticas públicas perenes de EPJA, poderá se aproximar do cumprimento dessa meta, deste sonho, que é, afinal de contas, um direito humano, desta imperiosa necessidade de fortalecer ações transformadoras e de inclusão social.

Por tudo isso reafirmamos: temos pressa!

O Brasil voltou e vai alfabetizar os excluídos e excluídas do direito humano de ler e escrever.

REFERÊNCIAS:

BEISIEGEL, Celso. **A política de educação de adultos – analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1997.

BORGES, Liana da Silva. **MOVA-RS no Governo Democrático e Popular: praxis e protagonistas.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001.

BORGES, Liana da Silva. **A alfabetização de jovens e adultos como movimento: um recorte na genealogia do MOVA.** 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública do Distrito Federal.** 2ª edição. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/10/Diretrizes-EJA-2a-edicao-marco-2021.pdf> . Data de acesso: 15 de maio de 2023.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.** Disponível em: forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf. Data de acesso: 24 de abril de 2023.

FÁVERO, Osmar. FÁVERO, Osmar. **A história da alfabetização de adultos em questão.** 2003. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/osmar_favero.htm

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade:** em três artigos que se completam. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido,** 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos.**

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra; tradução Lólio Lourenço de Oliveira -Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire**: a reinvenção de um legado. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire**, Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação. São Paulo: Faculdade de Educação da USP (FEUSP), 1999 (Dissertação de Mestrado).

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. (Org.) **Educação de Jovens e Adultos- A experiência do MOVA-SP**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.

KAEFER. Maria Teresinha. **Da Intenção à Ação: avanços e retrocessos na Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual do RS no período de 1999 à 2008**. Porto Alegre: Faculdade de Educação, UFRGS, 2009 (Dissertação de Mestrado).

HADDAD, Sérgio. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991 (Tese de Doutorado).

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

PELANDRÉ, Nilcéia Lemos. (1998). **Efeitos a longo prazo do método de Alfabetização de Paulo Freire**. Dissertação de Doutorado. Florianópolis.

PMSP/SME, 1989. **MOVA-SP: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo**. São Paulo: MOVA-SP/Secretaria Municipal de Educação, Caderno no 1, outubro de 1989.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luiza Erundina**: a experiência do MOVA-SP (1989-1992). São Paulo, PUC-SP, 1995 (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Leôncio. **Alfabetização de jovens e adultos**: um pouco da história. In: TV Escola/Salto para o Futuro, Rio de Janeiro. Brasil Alfabetizado em foco. Rio de Janeiro: TV Escola, 2003. p. 11-16.

STRONQUIST, Nelly. **Literacy for citizenship**: Gender and Grassroots Dynamics in Brazil. Albany, SUNY Press, 1997.

TORRES, Carlos Alberto, 1992. **A política de educação não-formal na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra.

TORRES, Carlos Alberto; O'CADIZ, Maria del Pilar & WONG, Pia Lindquist. **Educação e democracia**: a práxis de Paulo Freire em São Paulo. São Paulo: Cortez/IPF, 2002 (Série "Biblioteca Freireana" nº 4).